



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA – DHI**

**DÁLETH MONTE DOMINGOS**

**O ENFEITE AO LADO DO TRONO: A REPRESENTAÇÃO  
HISTÓRICO-FEMININA NO JORNAL CORREIO DO  
COLEGIAL (1938 – 1960)**

São Cristóvão/SE

2023

DÁLETH MONTE DOMINGOS

**O ENFEITE AO LADO DO TRONO: A REPRESENTAÇÃO  
HISTÓRICO-FEMININA NO JORNAL CORREIO DO  
COLEGIAL (1938 – 1960)**

Trabalho apresentado como requisito de avaliação de Prática de Pesquisa, componente curricular do Curso de Licenciatura em História da Universidade Federal de Sergipe.

Orientador: Aaron Sena Cerqueira Reis

São Cristóvão / SE

2023

## AGRADECIMENTOS

Por onde começar? Todas as coisas que poderiam dar errado durante a escrita desse trabalho, deram. De problemas de saúde, passando por problemas psicológicos, idas à Upas e ao Huse; até problemas em computador. Muitas vezes. Existe um ditado popular conhecido pela minha família que diz “parece o diabo atentando” e a vontade de desistir é uma companheira constante quando você quando sua mente é a primeira a te sabotar. É por isso que tenho muito a agradecer e, principalmente, a quem agradecer.

Obrigada, primeiramente, a Deus. E não tem muita importância de qual religião. Deus para mim sempre foi uma força de puro amor, a personificação de tudo de bom que há no universo, presente em cada pensamento positivo e cada demonstração de carinho e apoio. Deus me acompanhou em todos os anos de faculdade. Em cada período. Se mostrando em cada gesto de bondade e nunca me deixando perder a fé. Sou muito grata.

Em segundo lugar, obrigada aos meus pais, meu irmão e minha irmã. Foram eles que aguentaram todos os surtos e me ajudaram a levantar quando eu não conseguia sair da cama. Não tem palavras para descrever o quanto sou grata. Eu amo vocês mais que tudo.

Em terceiro, obrigada a minha psicóloga, Ana Beatriz. Literalmente a responsável por me ajudar a transformar meus pensamentos de bolas emaranhadas em tapeçarias de ideias racionais. Muito obrigada por todo o apoio, especialmente nessa reta final.

Também um obrigada a todos os professores que me trouxeram até aqui, desde a alfabetização até a conclusão do trabalho, mas especialmente ao professor Carlos. Obrigada por me apoiar durante o ensino médio e por continuar apoiando em toda trajetória da faculdade. Existem pessoas que são anjos enviados por Deus e esse com certeza foi.

Um obrigada a todos que sempre acreditaram na minha capacidade, mesmo quando eu não acreditava: a minha tia Nega e meu tio Souza, às minhas madrinhas Nayara, Fernanda e Edivânia e meu padrinho Eminho. E obrigada a Thaissa, minha prima, por todo o apoio. A próxima a concluir esse passo é você!

E àqueles que se foram antes de presenciar isso, mas nunca duvidaram que aconteceria: meu padrinho Luciano e ao meu avô Jocelino. Sinto falta de vocês.

Obrigada a Natália, Eduarda, Flávia, Germano e Melissa por terem trilhado esse caminho comigo, por cada surto e cada risada. Obrigada as meninas do RPG, especialmente Malu e Maju, porque me ajudaram muito mesmo de longe, obrigada pelo apoio. Obrigada à Ana e Júlia, a família vai além do sangue e vocês são a prova disso.

E por fim, obrigada ao meu orientador Aaron. Por toda paciência e apoio até aqui. Só tenho gratidão.

## **RESUMO**

O presente trabalho visa tratar sobre a representação de figuras femininas da história brasileira abordadas dentro do jornal Correio do Colegial entre os anos de 1938 e 1960. Trata-se de um artigo que configura em uma análise sobre os conceitos de imprensa estudantil, representatividade histórico-feminina e narrativa histórica. Sendo o jornal um fruto do Colégio Jackson de Figueiredo, inicialmente particular e atualmente público, da rede estadual da cidade de Aracaju/SE, o trabalho objetiva analisar o jornal como ferramenta educacional e reprodutor de informações da época, bem como a forma das representações histórico-femininas dentro da sala de aula e sócio-historicamente.

**Palavras-Chaves:** Representatividade histórico-feminina. Narrativa Histórica. Jornal Estudantil.

## **ABSTRACT**

The present work aims to deal with the representation of female figures in Brazilian history addressed within the newspaper *Correio do Colegial* between the years 1938 and 1960. It is an article that constitutes an analysis of the concepts of student press, historical representation-feminine and historical narrative. Since the newspaper is a result of Colégio Jackson de Figueiredo, initially private and currently public, part of the state network in the city of Aracaju/SE, the work aims to analyze the newspaper as an educational tool and information reproducer of the time, as well as the form of historical representations. -feminine within the classroom and socio-historically.

**Keywords:** Historical-female representation. Historical Narrative. Student Newspaper.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. O CORREIO DO COLEGIAL: UM JORNAL ESTUDANTIL OU ESCOLAR?.....	10
3. CONCEITOS DE NARRATIVA HISTÓRICA E SEU USO NOS JORNAIS ESTUDANTIS.....	14
3.1 O conceito de narrativa histórica no campo da história das mulheres.....	16
4. A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICO-FEMININA PELO CORREIO DO COLEGIAL.....	17
4.1 Representatividade feminina e a questão negra.....	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26

## 1. INTRODUÇÃO

Neste artigo, investigamos o jornal estudantil Correio do Colegial com o objetivo de analisar as narrativas históricas produzidas por estudantes do Colégio Jackson de Figueiredo, localizado na cidade de Aracaju, em Sergipe. De modo mais específico, dando enfoque aos artigos que dão representatividade a figuras históricas-femininas da história brasileira.

Considerando o potencial dos indícios de práticas de ensino de História nas escritas empreendidas pelos estudantes no impresso como uma fonte documental – estudo já abordado por Manke e Reis (2023, no prelo) – o corpus documental aqui estudado é composto por edições de 1938, com o início de sua publicação, à edições de 1960. De 1938, quando da criação do jornal, até 1960 foram localizados 188 artigos envolvendo narrativas sobre algum acontecimento histórico. Desses 188, apenas 18 artigos citam, ainda que apenas em menção rápida, figuras históricas femininas. Em matemática básica, 10% dos artigos. Uma porcentagem pequena considerando o número de artigos.

Cabe ainda dizer que, dentro da análise não foram incluídas as edições publicadas posteriores a 1960 – embora, caiba informação, houve publicação até 1973; da informação obtida pelo estudo de Manke e Reis (2023, no prelo) “foram identificados apenas 17 artigos com conteúdo histórico, nos quais há a exaltação à militares e a preocupação em combater a ameaça comunista”.

Por se tratar de um estudo pertencente à área de História da educação, é importante frisar que a presente pesquisa fundamentar-se-á nos pressupostos da Nova História Cultural, assim como nas ideias de Célestin Freinet (1967) a respeito da imprensa estudantil, não sendo excluído as definições de Rüsen (2011) sobre narrativa histórica, mas, antes de tudo, é preciso entender a importância das vozes e histórias femininas para a História.

Como observado por Alline Mikaela Pereira (2013), ao se estudar a história da humanidade percebe-se que a história do homem, enquanto gênero, é quase nula, diferentemente da história das mulheres, escrita paralelamente a partir de representações que lhe foram atribuídas durante a história.

“Historicamente a mulher foi considerada em várias sociedades como um ser inferior ao homem, o que pode ser a explicação para o gênero feminino ter se configurado como um ‘grupo social’ minoritário o que a excluí da escrita da história da humanidade, como já indicamos a história da humanidade é representada e apresentada de uma forma geral como a história dos homens. Nesse contexto observar e analisar o que se fala sobre a mulher no ensino de história e a representação ou representações da mesma construída a partir disso é extremamente importante”.(PEREIRA, 2013. p. 27)

Estudar as representações femininas é entender que as representações das mulheres é, antes de tudo, uma construção social e histórica que envolve séculos de relações de poder, invisibilização e silenciamento. Segundo Sousa (2019, p.8) “é possível afirmar que as mulheres foram duplamente relegadas ao esquecimento” porque, “na dinâmica social, à mulher foi imposta uma condição de submissão ao homem, e tal situação tornou-se presente na historiografia, negando às mulheres a menção de sua contribuição social na trama histórica”.

Segundo Prats (2001), dentro da disciplina de história, entender os problemas sociais trabalhando o passado, permite, potencializar nas crianças e adolescentes um sentido de identidade. Essa ideia de identidade cria consciência das origens e compreensão do mundo em que vivemos. É papel da história interpretar e compreender os conceitos e origens dessas, que foram moldadas com o passar dos anos através de diferentes culturas existentes no globo, desmascarando, desse modo, os estigmas, preconceitos e estereótipos construídos historicamente, que ainda permeiam a sociedade vigente. (PEREIRA, 2013. p. 20-21)

Um outro aspecto crucial a considerar é que as análises que utilizam o conceito de gênero para examinar certas realidades e relações históricas são concebidas a partir de sua interconexão: gênero, raça e classe. Isso se traduz na falta de representação e reconhecimento de suas histórias e experiências, levando a lacunas significativas em nosso entendimento coletivo das sociedades passadas e presentes, por, majoritariamente apresentarem a narrativa e perspectiva de apenas de um lado predominante, como por exemplo, o patriarcado leva em consideração as ações masculinas.

A naturalização dessas desigualdades é influenciada pela percepção e construção social das diferenças. Ou seja, essas hierarquias não apenas persistem, mas também são perpetuadas através de narrativas e representações que reforçam estereótipos e preconceitos enraizados. Essa análise oferece uma visão que destaca a importância de considerar não apenas o gênero, mas também outros fatores como raça e classe e historicidade cultural ao examinar as experiências e desafios das mulheres ao longo da história.

Ademais, nas sociedades ocidentais é possível inferir que os jornais têm sido considerados uma fonte de informação segura através do tempo desde seu surgimento. No Brasil, segundo a professora Renée Barata Zicman (2012), quando falamos da relação entre

História e Imprensa, há dois principais campos a serem observados: a História da Imprensa e a História Através da Imprensa. Cabe a esse estudo, o segundo ponto.

Ainda nas palavras de Zicman, pode-se destacar a importância da Imprensa como fonte para a História por três vantagens: 1) são um arquivo de memória cotidiano, garantindo a cronologia e periodicidade dos fatos históricos; 2) trazem uma disposição espacial da informação, isto é, um fato histórico pode se mostrar muito mais amplo dentro de um contexto específico e atual a época; e 3) são os primeiros veículos a sofrerem censura. Esses três pontos tornam a história muito mais social. A narrativa se torna muito mais aberta ao escritor e o ponto de vista de um grande fato histórico pode ser analisada de diversos pontos através da Imprensa.

Como observado por Nascimento e Lacerda (2021), “dentro de uma sala de aula, a disciplina História trata de diversos temas relacionados a conhecimentos necessários à formação social, cultural, política e educacional dos alunos”. Ou seja, o livro didático no campo da história, cria uma mediação entre o conhecimento científico e o aluno. A junção desse conhecimento com o campo dos jornais estudantis dá suporte escolar à imprensa no campo estudantil, como é o caso do *Jornal Correio do Colegial* abordado neste estudo.

Os jornais denominados, fonte primária de pesquisa, pelo seu conteúdo e período estudado trazem várias possibilidades de abordagens. A proposta do estudo sobre o jornalismo estudantil em Sergipe é ir além do aspecto descritivo de cada uma dessas publicações, buscando na interpretação de seus conteúdos, relações mais amplas (SANTOS, 2017, ed.967.)

Em Sergipe e, especificamente em jornais escritos por alunos, em escolas, temos outros pontos a observar. Afinal, somente incentivar os discentes a buscar informações não é historiografia e, de modo algum, é o suficiente por parte da escola. A imprensa especializada em educação – como jornais dentre outros – é vista como um objeto essencial para o estudo da história da educação, “uma vez que esta é um corpus documental que permite apreender métodos e concepções pedagógicas de um determinado período histórico” (MEN e NEVES, 2006, p. 2). Ou seja, o incentivo à criação de jornais dentro do ambiente acadêmico e escolar, especialmente sob o olhar histórico, ajuda a desenvolver o olhar crítico de um pesquisador.

A Nova História Cultural é caracterizada justamente por esse pensar e por aspectos que permitem “observar que a imersão no universo da pesquisa permite ao pesquisador entrar em contato com muitas realidades, conhecimentos, cabe a ele então a escolha do seu objeto de pesquisa, a seleção de materiais, de fontes” (RODRIGUES e SILVA, 2014, p.3), se baseando na postura do historiador, a partir dos conceitos de representação, narrativa e ficção.

Visto que, na visão de Lopes e Galvão (2001) uma pesquisa em história pode ser feita com todo e qualquer vestígio, indício, ou traço deixado pelos homens no tempo e, visto que, segundo Paulo Freire (1987), o processo de aprendizagem deve partir da educação-ação, podemos concluir que a ligação entre História e Imprensa abre à educação a oportunidade de ensinar sem se limitar a lecionar apenas o conteúdo programado e estático descrito nos livros, mas escrever a história ao recorrer às atualidades como um método de aprendizagem aos discentes. Por fim, como observado com Gilfrancisco Santos (2017), não adianta querer “negar a importância dos ‘jornalinhos’ estudantis” pois esses jornais mostram a capacidade dos alunos de, desde cedo, “divulgar e defender ideias através da palavra escrita.”

## **2. O CORREIO DO COLEGIAL: UM JORNAL ESTUDANTIL OU ESCOLAR?**

Os estudos acerca da imprensa estudantil em Sergipe ainda trata-se de um campo pouco explorado considerando o número de pesquisas, crescentes desde o início dos anos 2000. Há um próspero conjunto de mais de meia centena de periódicos escritos e protagonizados por alunos sergipanos durante o século XX, pesquisados de maneira mais superficial. Utilizando os estudos do professor João Paulo Gama Oliveira, que dá enfoque às produções acerca dos jornais estudantis em Sergipe no recorte temporal de 2002 a 2022, observa-se cerca de 19 obras produzidas – não contemplando os textos publicados na imprensa e em blogs – sendo o artigo de Josefa Eliana Souza (2010) a respeito das representações sobre saúde e higiene o principal estudo observado dando enfoque ao *Correio do Colegial* dentre essas obras.

Mas ao mergulhar nos estudos acerca do Jornal *Correio do Colegial*, antes de tudo, é necessário considerar o que foi o *Correio do Colegial*. Criado no ano de 1938 sob a mediação e iniciativa dos professores e direção do colégio de ensino – até então – primário Jackson de Figueiredo. Criado no mesmo ano de fundação da instituição, que funcionava como internato, semi-internato e externato; inicialmente o Jackson de Figueiredo contemplava apenas o público masculino – posteriormente passou a abrigar o público feminino na modalidade externato. Embora atualmente se trate de uma instituição de ensino pública, inicialmente teve uma origem particular e não confessional, sendo referência em educação em Aracaju, e tendo como público-alvo os filhos da elite local, além de estudantes internos vindos de outras cidades. Somente em 1949 passa a oferecer o curso secundário e é apenas em 1980 que o colégio é assumido pelo Estado e se torna uma instituição pública.

O Jornal *Correio do Colegial* surge com o intuito “de fazer com que os alunos aperfeiçoassem sua escrita e ao mesmo tempo informassem as notícias da escola e do Estado”

(PIMENTEL, 2014, p. 103) correspondendo, possivelmente ao movimento de renovação pedagógica desencadeado no século XX e denominado Escola Moderna, cujo maior representante é Célestin Freinet. Ao criticar o ensino tradicional pautado numa produção de alunos passivos, desinteressados, alienados e reprodutivistas, Freinet abraçava a ideia que, com a experiência de produzir seus próprios jornais, com escritos próprios, o estudante desenvolve senso crítico e habilidades de pesquisa. E, de modo lógico, um jornal como o *Correio do Colegial* não equivale ao mesmo de um jornal convencional.

Nas palavras de Jinzenji (2021), os *jornais escolares* são compilados de textos livres escritos pelas crianças, que expressam seus interesses. Esse compilado, é influenciado pela condição socioeconômica dos alunos que o escrevem, tanto ou mais, que os jornais convencionais. E ainda, contendo a presença dos elementos originais apresentados na pedagogia de Freinet, isto é, o desenvolvimento do trabalho coletivo e cooperativo, o exercício da democracia e a integração da comunidade com a escola.

De modo geral, podemos considerar que os jornais escolares compõem aquilo que se convencionou chamar de *imprensa estudantil*, uma vez que esta é realizada por iniciativa dos estudantes, sem vínculos com instituições de ensino e onde a escrita deveria ocorrer de forma livre (MARTINELLI; MACHADO, 2021).

Segundo Freinet (1967), um jornal produzido por estudantes em âmbito escolar se adequa às necessidades pedagógicas no quesito em que “deve estar, sim, à medida de uma educação que, pela vida, prepara para a vida” (1967, p. 44). Cabe observar que, em concordância com Freinet, este estudo infere que a imprensa escrita por estudantes – não se prendendo ao formato ou terminologia técnica – é de grande importância para o desenvolvimento pedagógico.

“A criança sente a necessidade de escrever, exactamente porque sabe que o seu texto, se for escolhido, será publicado no jornal escolar e lido, portanto, pelos seus pais e pelos correspondentes; por isso sente a necessidade de expandir o seu pensamento por meio de uma forma e de uma expressão que constituem a sua exaltação.” (FREINET, 1967, p. 46)

Sempre houveram jornais estudantis, mesmo que não ligados à escola, pois sempre existiu e sempre existirá a necessidade dos alunos de dar voz aos pensamentos. Assim, como na pedagogia de Freinet, a *Imprensa Estudantil* não se prende unicamente à questão pedagógica nesse estudo, mas ao contrário.

Distanciando-se desta perspectiva, o *Correio do Colegial*, caracterizava-se como um trabalho mediado pela própria instituição escolar, o Colégio Jackson de Figueiredo. Era,

portanto, um *jornal estudantil*, visto que escrito pelos estudantes, mas que compunha a denominada *imprensa escolar*, uma vez que “redigida por estudantes dentro da escola, como uma atividade escolar”, além de evidenciar a mediação, o direcionamento e cerceamento do adulto no processo (MARTINELLI; MACHADO, 2021, p.6; MANKE; REIS, no prelo).

Nas primeiras edições é indicado o nome da professora de língua portuguesa, Maria Odete de Figueiredo Mesquita, como redatora-chefe, entretanto seu nome desaparece após a edição de número 8, de julho de 1939. Este é um dos primeiros indícios de que havia mediação da escola. Ademais, diferentemente do jornal pautado no método Freinet, o *Correio do Colegial* tratava-se de um conjunto de textos livres agrupados e encadernados para os correspondentes, com o objetivo de “atingir o grau máximo da civilização” ao “alfabetizar os brasileiros na escola primária”, ao menos inicialmente.

O *Jornal Correio do Colegial*, por si só, apresenta-se como um instrumento de formação para os estudantes, seguindo o conceito de Freinet de jornal escolar, porém divergindo ao visar a formação nos âmbitos socioculturais e morais: “É de criança que se faz o homem futuro. Portanto, é cultivando nos jovens de hoje as idéias patrióticas, o gosto pelas letras e o amor às artes que se formarão os homens fortes, de caráter e de virtude cristã” (*Jornal Correio do Colegial*, Ano I, Agos, 1938).

Como analisado por González-Montegudo (2013) a intenção de formação moral e cristã afastava-se da proposta de renovação pedagógica de Freinet que propunha uma alfabetização crítica por meio da escrita livre. Abre janela a observação se essa interferência atrapalhava o benefício da “expressão livre das crianças” abordada por Freinet ao citar os benefícios da escrita livre, visto que a instituição escolar como um todo parece esquecer que as crianças têm a necessidade de expressão tal qual um adulto.

O *jornal Correio do Colegial*, embora contivesse um leque de matérias amplo, era perceptivelmente construído de modo que as notícias exaltassem méritos acadêmicos, incentivando assim condutas dentro do padrão, melhores notas e civilidade; bem como exemplificando ações vexatórias de mau comportamento. Os padrões morais da instituição estavam presentes na construção das obras, demonstrando que, embora escritas pelos alunos, a seleção e orientação de escrita era de mediação de adultos, isto é, a própria instituição.

Para Bastos (2015), “tais escritas não expressam um pensamento autônomo, pois estão vinculados a uma instituição, que de alguma forma exerce controle e vigilância no que está sendo publicado”, devendo ser considerada a presença do adulto no processo de escrita; e no tocante da questão pedagógica abre-se a questão se essa mediação civilizatória existia não apenas como forma de construção de pensamento para com os alunos, mas devido ao

público-alvo escolhido pelo *Correio do Colegial*, que não se restringia ao ambiente escolar como estrutura arquitetônica, mas enxergava o “ambiente escolar” como todos os elementos e pessoas que participam do ambiente: professores, estudantes e pais, bem como ex-alunos e leitores que não se encaixavam dentro dos muros do colégio.

Manke e Reis (2023) observam inclusive os indícios da circulação para além dos muros da escola em determinadas matérias, intituladas “Aos pais”, e “seção feminina” que parece ser direcionada às mães, bem como as homenagens aos dia das mães. E ao considerar que o jornal alcançava um público mais amplo, é possível ponderar sobre a contribuição do periódico para a produção, transmissão e recepção do conhecimento histórico.

Martineli e Machado (2021) analisam que, no contexto histórico oitocentista, a necessidade de construção da nação e da nacionalidade brasileira decorrente do processo de Independência do Brasil, tornaram a imprensa, a educação e a literatura fundamentais para a formação de uma consciência nacional. Deste ponto de vista, o contexto do período de publicação do *Correio do Colegial* (1938-1973), elucida a orientação civilizatória das obras; se não uma explicação diretamente ligada ao jornal, historicamente ligada à sociedade local. Existindo entre o período do Estado Novo quando a censura à imprensa e a propaganda era garantida por lei (n.º 1.915/1939) e coordenada pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda –; e perseverando até o período da Ditadura Civil-Militar, após a instauração do AI-5 – Ato Institucional n.º 5 que, dentre outras coisas, impunha censura à imprensa – é compreensível a interferência por parte da Instituição na escolha de temas.

Observando já a primeira edição do *Correio do Colegial*, é possível observar a influência destes períodos na construção do pensamento civilizatório, presente não apenas na capital Sergipana, mas na sociedade como um todo, afinal “o Estado Novo exige de todos os brasileiros o máximo esforço na construção de uma pátria cada vês mais ilustre” (Jornal Correio do Colegial, Ano I, Agos, 1938).

Ainda, na análise de estudos em cima do jornal *Correio do Colegial*, é observado uma falta de obras, sendo de conhecimento apenas o artigo de Josefa Eliana Souza (2010), justamente sobre as representações sobre saúde e higiene, isto é, a cultura civilizatória e de limpeza, que foi publicado nos anais do Congresso Luso-Brasileiro de História; e a obra de Manke e Reis (2023) a respeito das narrativas históricas que foram produzidas por estudantes secundaristas para o jornal estudantil *Correio do Colegial* (1949 – 1959).

Considerando as múltiplas possibilidades de análise de um jornal estudantil, bem como a escassez de investigações sobre o *Correio do Colegial*, buscamos olhar para este impresso no sentido de analisar a maneira como as figuras históricas femininas foram

retratadas nas narrativas dos estudantes do Colégio Jackson de Figueiredo. De acordo com Carla Bassanezi Pinsky (2009) é difícil encontrar uma bibliografia específica que fale literalmente de gênero na História, embora seja possível encontrar bons livros sobre a História das Mulheres, História da vida privada e em sínteses abrangentes. Nas narrativas estudantis ao procurarmos por figuras femininas como foco do texto o que se encontra em peso são narrativas sobre mães e a coluna feminina que, em síntese, traz principalmente receitas culinárias.

Buscando mais a fundo foi possível coletar 18 textos dentre os anos de 1938 e 1960 que citam figuras históricas femininas, seja de modo secundário – como as Imperatrizes Leopoldina e Teresa Cristina e a Rainha D. Maria I –, ou, em menor número, dando enfoque de protagonista histórica às figuras femininas – como é o caso da Princesa Isabel e Ana Neri.

Justifica-se essa análise justamente por essa ausência e silenciamento das vozes femininas como protagonistas na História, cabendo mencionar a visão de Michelle Perrot (1995) que evidencia que, até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico e, quando há, aparecem no relato dos cronistas por um de dois extremos: “por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas”.

Nossa hipótese é a de que essas figuras históricas femininas foram objetificadas e santificadas como seres “belos, virtuosos ou heróicos”. Neste sentido, estariam elas influenciando o pensamento civilizatório que contribuiu para a edificação do sentimento patriótico incrustado daquela sociedade durante o período de publicação do periódico? Ou, de outro modo, estariam corroborando com o silenciamento anterior das mulheres na história brasileira e mundial?

É importante, portanto, observar qual visão os estudantes responsáveis pelo *Jornal Correio do Colegial* possuem dessas figuras históricas; pensando até onde essas são figuras independentes e até onde são lidas como seres dependentes de homens para sua presença ser quantificada e mencionada na História.

### **3. CONCEITOS DE NARRATIVA HISTÓRICA E SEU USO NOS JORNAIS ESTUDANTIS**

Ao se usar o termo narrativa histórica não é incomum associá-lo à ideia de fatos, fugindo da ficção. Embora seja visível essa diferenciação pela recusa de assemelhar fatos a mentiras, não é realmente uma diferenciação simples, sendo lida por Jorn Rüsen como pouco convincente inclusive. Seguindo essa análise, inclusive, mais que definir uma narrativa por ser

ou não ficção, é garantir que haja a peculiaridade dela se situar em três qualidades: estar ligada ao ambiente da memória; organizar as dimensões do tempo por meio de um conceito de continuidade; e estabelecer a identidade de seus autores e ouvintes.

Narrativa histórica é, na definição de Rüsen (2011, p. 95), “um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica”, que por sua vez “evoca o passado como um espelho da experiência na qual se reflete a vida presente”. Consciência histórica, antes de tudo, é um conceito que favorece a ideia de memórias e identidades forjadas pela experiência humana através do tempo, está presente em todo e qualquer trabalho e visão historiográfica, de discentes a pesquisadores.

Só analisar superficialmente o campo da narrativa histórica já demonstra o quão ampla esta pode ser sem que seja estabelecido um modelo teórico, o processo e a função para estudo. Rüsen estabelece quatro tipos de narrativas que se entrelaçam de forma contínua e sequencial: A narrativa tradicional – pautada na ideia que tradições organizam toda forma de vida humana –, a narrativa exemplar – que se pauta, de modo generalizado, na ideia da aplicação de regras gerais de conduta – a narrativa crítica – que se baseia na capacidade das pessoas de dizer “não” às tradições – e a narrativa genética – que apresenta a continuidade de desenvolvimento na qual a alteração dos modos de vida é necessária para a sua permanência (RUSEN, 2011).

Embora distintas, as quatro narrativas podem ser identificadas pela tipologia que as caracteriza; como citado por Reis (2020, p. 221) elas “preenchem condições necessárias para orientação da vida humana (afirmação, regularidade, negação e transformação)”, de forma que são complementares. A complexidade desta questão pode ser explicada pelo fato que todos os elementos acima citados podem ser encontrados de forma geral, em textos históricos; bem como pelo fato que há uma progressão natural das narrativas tradicionais às narrativas genéticas.

Entretanto, focando na utilização dessas narrativas no ensino de história, eleva-se a observação de Peter Lee (2004), de que, a tipologia de Rüsen “não oferece um modelo de desenvolvimento das ideias dos alunos sobre a natureza da história como disciplina”; não que isso a torne incorreta, apenas reconhece que a concepção da história dos estudantes os conduziram a diferentes tipologias justamente pelas diferentes perguntas que são feitas na construção dessa compreensão.

“É importante salientar a natureza transformativa da história porque, sem qualquer questionamento de que a história modifica nossa visão sobre o presente e o futuro, o conhecimento do passado é considerado como sendo o acúmulo de fatos ou histórias que estão necessariamente confinados a esse passado e, portanto, são irrelevantes para qualquer situação no presente” (LEE, 2016, p.130)

Em narrativas históricas observadas em um jornal estudantil como *O Correio do Colegial*, é observado primeiramente que os autores tratam-se de estudantes, do primário e secundário, reproduzindo os fatos estudados em sala no primário e não fugindo muito dessa ideia no secundário. É mais provável que seguissem a visão de Hayden White (por RUSEN, 2011) – enxergando a narrativa histórica como um processo poético, ou mesmo mais literário que com um pensamento histórico de forma profunda – ou a visão Husbands (2003) – que enxergava a narrativa histórica escolar como uma das formas pelas quais os alunos e os professores dariam sentido ao passado histórico, cada qual pensando sobre as versões do passado; embora, neste caso, essa versão aparece quase que padronizada ao ensino de sala de aula e transferida para os jornais.

### **3.1 O conceito de narrativa histórica no campo da história das mulheres**

A autora nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí defende a questão que mulheres não compõem um grupo homogêneo em que as experiências de todas são idênticas, ainda assim, seguindo os conceitos de Jorn Rusen e observando as narrativas históricas no campo da história das mulheres, bem como pautando este estudo principalmente nos quatro tipos de narrativas supracitadas – tradicional, exemplar, crítica e genética –, é possível observar que estas se apresentam nos textos historiográficos, seja por sua ausência ou presença.

No campo da história da mulher é muito raro encontrar narrativas tradicionais e é justamente nessa ausência que se encontram as narrativas dos textos do jornal estudantil fruto desse estudo. Como afirmado por Michelle Perrot (1989) essa ausência feminina na narrativa histórica tradicional se dá devido ao enfoque de cenários em que as mulheres pouco aparecem: o cenário político. As figuras femininas históricas em *O Correio do Colegial* se fazem presentes como objetos secundários, adornos de trono, parceiras sem voz, mães de uma figura importantes; a exemplo temos a menção de rainhas e imperatrizes apenas como esposas e mães em narrativas históricas das quais estas participam diretamente.

Já nas narrativas exemplares, se apresenta justamente pela narração das realizações e da importância ou da eficiência das figuras estudadas, mesmo que em gestos pontuais em histórias alheias. É principalmente nesta que é cravada a narrativa dos alunos do jornal estudantil aqui estudado, embora Rusen observe que é nas narrativas críticas que se faz mais uso no campo da história das mulheres.

Em termos teóricos, são essas narrativas críticas que lembram dos desvios que tornam problemáticas as presentes condições de vida, ou seja, se fazem responsáveis e presentes “pela

dissolução ou destruição de ideias culturalmente eficazes de continuidade”. Em *O Correio do Colegial*, entretanto, elas se fazem pouco presentes de forma aberta. Se essa “reprodução” desse ocultamento de protagonismo feminino na historiografia se dá devido às ideias presentes na época de sua escrita em pleno Estado Novo e posteriormente na Ditadura Brasileira, pela mediação dos docentes da escola, ou por pura escolha de escrita dos alunos, não é possível afirmar.

Por fim, nas narrativas genéticas, há uma substituição “à antítese abstrata” que enfatiza no campo na história das mulheres as mudanças usando a questão “gênero” como uma categoria histórica (RUSEN, 2011). Segundo Oyèrónké Oyèwùmí (2018), essa concepção de gênero está diretamente ligada à ideia tradicional centrada em “uma esposa subordinada, um marido patriarcal e crianças”, mas a definição de Rusen aqui abordada, e, abordada também, no jornal estudantil estudado, visa justamente como essas histórias demonstram a força da mudança como algo estável e necessário para manter a subjetividade humana dentro das mudanças temporais.

O conceito de narrativa histórica é um processo de constituição de sentido da experiência do tempo, que pode ser considerada uma ferramenta metodológica importante para o ensino de história; e é justamente a visão de Freinet que o jornal estudantil desenvolve esse senso crítico dos alunos.

#### **4. A REPRESENTAÇÃO HISTÓRICO-FEMININA PELO CORREIO DO COLEGIAL**

Há muito tempo na história se observa que o ser humano tem um grande apreço por contar histórias e desde pequenos as crianças são acostumadas aos contos de fadas, repletos de princesas e heroínas. De modo leigo, analisar diretamente os artigos escritos pelos estudantes redatores do *Jornal Correio do Colegial* é muito próximo de analisar a criação de um personagem fictício, um conto de fadas, um romance ou uma crônica histórica. Isto, é bom frisar, não apaga a importância da narração, mas dá um enfoque a forma que os escritores parecem enxergar as figuras femininas sobre as quais escrevem. Para Jurandir Malerba (2016), inclusive, a narrativa histórica se constitui como um modo de explicação do passado, ou mesmo um conjunto de considerações literárias e ficcionais acerca desse passado.

É possível subdividir a presença feminina em três arquétipos que facilmente poderiam ser encontrados em personagens femininas de um romance: *A protagonista; A guerreira ou salvadora; E o “adorno ao lado do trono”*. É desta forma que o estudo aqui presente escolheu evidenciar a representação histórico-feminina encontrada nos dezoito textos coletados de o *Correio do Colegial*. A narrativa histórica, entretanto e obviamente, não deixa de estar

presente por isso. Como observado por Manke e Reis (2023, no prelo) as narrativas históricas dos alunos do Jackson de Figueiredo podem ser enxergadas como um processo de construção mental, algo capaz de revelar a própria consciência histórica desses discentes.

Na “Nova História Cultural” há um interesse por todas as atividades humanas, considerando a realidade como socioculturalmente construída pelo homem. Essa visão, ao considerarmos as mudanças metodológicas e teóricas do fazer histórico, passa a apresentar a mulher como um sujeito importante e essencial para o ensino de história. Entretanto, como apresentado por Bittencourt (1997) por muito tempo a História Política predominou o ensino de história, e até os anos de 1960 essa história optou por biografar políticos, reis e presidentes republicanos. É a narrativa histórica tradicional já mencionada, cuja representação feminina é pouca ou nula.

A partir da perspectiva tradicional de História os conteúdos são socializados como verdades absolutas incontestáveis e nesse sentido o processo de ensino e aprendizagem condiciona o aluno a observar e interiorizar por meio da memorização as informações e ou conhecimentos construídas nos livros didáticos de forma acrítica e incontestável (PEREIRA, 2013. p. 29)

Além de que, embora os livros didáticos sejam instrumentos importantes, ressalta-se a fala de Pinsky: “não basta acrescentar a mulher nos livros de história é preciso repensar o próprio saber histórico” (PINSKY, 2011. p. 9) e, embora não tenhamos acesso ao programa curricular nem ao aos livros didáticos utilizados no Colégio Jackson de Figueiredo, pode-se inferir pela escrita dos estudantes uma aproximação, se não com o assunto que circulavam em programas e livros didáticos de história da época (1938-1958), com os ensinamentos dentro da sala de aula. A ausência de relatos históricos-femininos é o que nos faz, *justamente*, deduzir que a escrita dos estudantes é equivalente aos livros didáticos e ensino da época. E, considerando a mediação dos professores e a visão patriótica presente nos artigos, supomos que o Colégio Jackson de Figueiredo trazia uma abordagem bastante *nacionalista* à sala de aula, *majoritariamente masculina com pouca presença de mulheres na história*, como a história nacional era até então. Isso se refletia no *Jornal Correio do Colegial*.

**Quadro 1 - “Protagonistas femininas” (artigos diretos)**

	<b>EDIÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>MENÇÃO</b>
--	---------------	-------------	-------------------------	--------------	---------------

1	N.3 - Ano 1	Outubro de 1938	A Mulher Brasileira	Luiz Corrêa Lima (4º ano)	6 mulheres
2	N.10 - Ano 2	Setembro de 1939	A Escravatura	Weliton Monteiro (4º ano)	Princesa Isabel
3	N.40 - Ano 6	Março de 1943	Mulheres de Pernambuco	Chiquinha Rodrigues	Clara Camarão
4	N.41 - Ano 6	Abril de 1943	A Mãe dos Brasileiros	<i>sem identificação</i>	Ana Neri

Ao observar o Quadro 1, podemos observar que poucos eram os textos escritos cujo foco fosse uma personagem feminina. Dos quatro artigos, apenas “A Mãe dos Brasileiros” – que fala sobre a participação de Ana Neri<sup>1</sup> na Guerra do Paraguai – e “A Escravatura” – que dá enfoque a Princesa Isabel<sup>2</sup> e sua participação na libertação da escravidão, cabe mencionar, de forma “endeusada” – são artigos que focam em uma única figura feminina.

*“D. Isabel achava que a escravatura era uma mancha negra para o Brasil. Ela não podendo libertar os escravos porque o pai não queria, aproveitou a ocasião em que o rei estava na Europa e lançou a primeira Lei que foi a Sexagenária: aquele que tivesse sessenta anos em diante, não era mais sujeito ao cativoiro (...)”*  
(Weliton Monteiro. A Escravatura. Jornal Correio do Colegial, n. 10, Set. 1939, p. 1)

Em “A Mulher Brasileira” o artigo têm um foco mais geral, mencionando várias figuras femininas importantes da história Brasil; e em “Mulheres de Pernambuco”, o artigo é uma homenagem, não dando muito enfoque a uma figura individual, apenas mencionando Clara Camarão<sup>3</sup>.

Conceituando de forma simples, *a protagonista* é aquela cujo foco da história é ela como indivíduo. Seus feitos descendem dela e seus atos podem, inclusive, serem pintados de uma forma muito mais idealizada e romantizada se escritos sem uma visão historiográfica

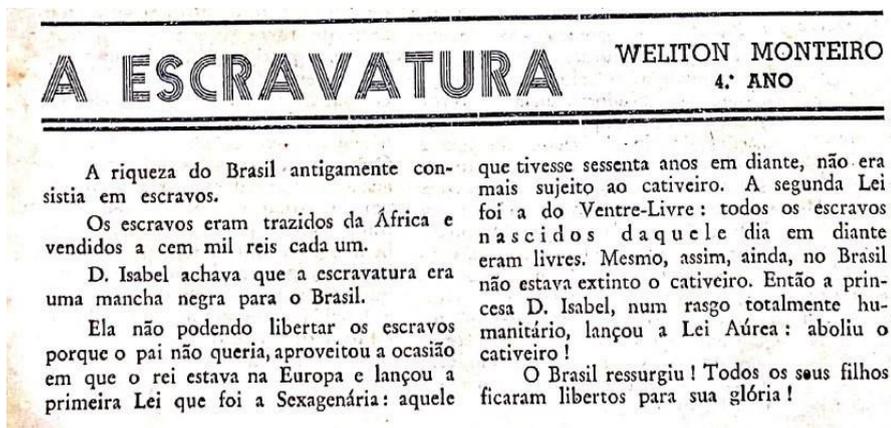
<sup>1</sup> Enfermeira brasileira que prestou serviços voluntários nos hospitais militares de Assunção, Corrientes e Humaitá, durante a Guerra do Paraguai, menção em Gazeta Médica da Bahia; 2018, p. 145-147 (<http://gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/article/viewFile/981/959>)

<sup>2</sup> Princesa brasileira, cognominada "a Redentora", filha do imperador Dom Pedro II e da imperatriz Tereza Cristina. Responsável por assinar a Lei Áurea, que acabou com a escravidão no Brasil (<https://www.museunacional.ufrj.br/guiaMN/Guia/paginas/1/15princesaisabel.htm>)

<sup>3</sup> Responsável por comandar um exército de mulheres que teve atuação decisiva na batalha de Porto Calvo, em 1637, contra o domínio holandês. ([http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria\\_extraordinaria\\_de\\_cultura/DOC/DOC00000000106241.PDF](http://adcon.rn.gov.br/ACERVO/secretaria_extraordinaria_de_cultura/DOC/DOC00000000106241.PDF))

onde se enxergue a figura como um ser humano, que é o que acontece em um dos casos supracitados, “A Escravatura” de Weliton Monteiro (4º ano, 1939) ao concluir o artigo sobre a abolição com “então, a princesa D. Isabel, num rasgo totalmente humanitário, lançou a Lei Áurea: aboliu o cativo!”.

4



Já a “guerreira ou salvadora” é aquela cujo foco é unicamente o grande feito pelo qual ela é lembrada. Embora tenha sua própria história, a figura em questão aparece como, explicando de forma lúdica, "a fada madrinha para Cinderela"; não passando de um ser benevolente ou corajoso que merecesse menção por um feito.

**Quadro 2 - “Guerreiras e salvadoras” (menção secundária)**

	EDIÇÃO	DATA	TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR	MENÇÃO
5	N.4 - Ano 1	Novembro de 1938	Os Escravos	Ezequides Nunes (2º ano)	Princesa Isabel
6	N.41 - Ano 6	Abril de 1943	Tiradentes	Reinaldo Menezes (2º ano B)	D. Maria I
7	N.41 - Ano 6	Abril de 1943	Independência do Brasil	Cristiano de Melo Barreto (4º ano)	Imperatriz Leopoldina
8	N.42 - Ano 6	Maior de 1943	13 de maio	Raimundo Oliveira ( <i>ex-aluno</i> )	Princesa Isabel

<sup>4</sup> Imagem do Jornal Correio do Colegial, 1939.

9	N.44 - Ano 6	Julho de 1943	12 de outubro de 1492, Descobrimto da América	Raimundo Almeida Santos (4º ano B)	Isabel de Castela
10	N.57 - Ano 8	Agosto de 1945	13 de maio de 1888	Willigton Alves Corrêa (4º ano B)	Princesa Isabel
11	<i>N.66 - Ano 10 (possivelmente)</i>	<i>Agosto de 1948 (possivelmente)</i>	<b>A Pátria (incompleto, não há acesso ao início)</b>	Virginia Augusta R. Ribeiro (4º ano B)	Imperatriz Leopoldina
12	N.73 - Ano 12	Novembro de 1950	Guerra da Independência	Pedro Antônio de A. Pinto (2ª série ginásial)	Joana Angélica & Maria Quitéria
13	N.75 - Ano 13	Agosto de 1951	Inconfidência Mineira	João Augusto Lima Barretto (3ª série do colegial)	D. Maria I
14	N.80 - Ano 15	Junho de 1953	Abolição da Escravatura	Antônio Raimundo Regis (4ª série ginásial)	Princesa Isabel
15	N.88 - Ano 19	Junho de 1958	Tiradentes	Amenália Nunes (4º série de 1958)	D. Maria I

No Quadro 2, vemos uma maior presença de representatividade feminina na escrita sobre a história. São esses artigos aqueles pautados nas narrativas exemplares supracitadas, um reflexo dos livros e ensino da época, pressupõe-se. Embora o material didático aplicado para ensinar História, de um modo geral, oferece um leque de conhecimentos, também é possível citar, como inferido por Bittencourt (2015) que os livros didáticos da disciplina História são carregados intrinsecamente por posicionamentos ideológicos e culturais.

Os artigos selecionados nesse segundo quadro seguem principalmente três pontos políticos da história do Brasil: A independência do Brasil<sup>5</sup>, A inconfidência Mineira<sup>6</sup> e a

<sup>5</sup> Processo histórico de separação entre o então Reino do Brasil e o Reino de Portugal, seu marco, o conhecido “Grito da Independência”, datado de 1822.

<sup>6</sup> Movimento de caráter republicano e separatista que aconteceu em Minas Gerais entre 1789 e 1792

Abolição da Escravatura<sup>7</sup>. Há uma breve menção ao Descobrimento da América e ao apoio de Isabel de Castela<sup>8</sup> para que isto ocorresse

## 12 DE OUTUBRO DE 1492

### Descobrimento da América

Colombo era um italiano e desde 14 anos de idade vivia no mar. Muito estudioso dizia sempre que havia muitas terras, de ninguém conhecia ainda. Era por êsse motivo considerado louco. Êle não desanimava, pedia auxílio aos reis de quasi todos os países, para que o ajudasse a descobrir essas terras. Para isso bastava que lhe dessem navios, para que pudesse viajar.

Só o rei D. Fernando *e a rainha D. Isabel, da Espanha, que o atenderam* e lhe deram três navios: Sta. Maria, Pinta e Nina com estas embarcações Colombo viajou dois mercês sem encontrar aquilo que procurava.

(...)

(Raimundo Almeida Santos. Jornal Correio do Colegial, n. 44, Jul. 1943, p.3)

Reforço que o termo “guerreiras e salvadoras” aqui se configura pelo conceito empregado nos contos de fadas e na literatura de forma generalizada, onde o personagem apenas faz uma breve aparição que resolve um grande problema no princípio “Deus Ex Machina”<sup>9</sup>. A exemplo, temos o texto de Amenália Nunes:

### Tiradentes

(...)

O visconde de Barbacena, então governador de Minas, preveniu ao vice-rei de Vasconcelos que andava pelo Rio de Janeiro em propaganda da revolução, o alferes Tiradentes. Êsse foi prêso, e também os outros por onde eram encontrados. Depois foram julgados e condenados à morte.

*Porém, com o ato de clemência, D. Maria I suavizou as penas de quase todos.*

Só um, Tiradentes, subiu ao Patíbulo.

(...)

(Amenália Nunes. Jornal Correio do Colegial, n. 88, Jun. 1958, p. 2)

É só na segunda metade do século XX que, como observado por Souza (2020) muitos grupos sociais até então silenciados passam a ganhar espaço na historiografia.

---

<sup>7</sup> Ocorrida por meio da Lei Áurea, aprovada no dia 13 de maio de 1888 com a assinatura da regente do Brasil, a princesa Isabel.

<sup>8</sup> Apelidada de "Isabel, a Católica", foi a Rainha de Castela e Leão, Consorte de Aragão e Imperatriz titular do Império Bizantino. Apoiou a viagem de Cristóvão Colombo, que teve como resultado a revelação da América. (<https://www.redalyc.org/pdf/3055/305549078008.pdf>)

<sup>9</sup> Deus ex machina é uma expressão em língua latina com origem no grego ἀπὸ μηχανῆς θεός, que significa literalmente "Deus surgido da máquina", e é utilizada para indicar uma solução inesperada, improvável e mirabolante para terminar uma obra ficcional.

Os sentenciados da história passaram a assumir seus espaços nessas narrativas, que elencavam novas questões e traziam novas perspectivas para as análises históricas. Entre essas inovações, emerge uma História cada vez mais preocupada com as mulheres enquanto sujeitos políticos e históricos fundamentais e com o gênero como uma categoria central das análises sociais. (...) Esse movimento de renovação vai acabar por influenciar os debates do ensino de história, que se consolida como campo e objeto de estudos a partir da década de 1980 (SOUZA, 2020. p 128)

As mulheres, anteriormente, foram ignoradas ou apagadas em seu protagonismo pela historiografia hegemônica. Silenciadas pela história e limitadas por suas condições de vida, pela ausência no mercado de trabalho – no caso da elite, de quem era contada a história –, pela ausência na participação política – um problema enfrentado até hoje –, pela de produção cultural – que, para citar a presença na literatura, era roubada ou assinada sobrenomes masculinos –, pelo modo de vestir e pelo acesso à educação.

**Quadro 3 - “Um adorno ao lado do trono” (menções breves)**

	<b>EDIÇÃO</b>	<b>DATA</b>	<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>MENÇÃO</b>
16	N.10 - Ano 2	10/08/1939	Para a Semana da Pátria	Chiquinha Rodrigues	Isabel de Castela & Infanta Beatriz
17	N.68 - Ano 10	Novembro de 1948	D. Pedro II	João Ismerim Barreto	Imperatriz Leopoldina & Imperatriz Tereza Cristina
18	N.72 - Ano 11	Novembro de 1949	D. Pedro II	Miguel Antonio de Aguiar Machado (1ª série ginásial)	Imperatriz Leopoldina & Imperatriz Tereza Cristina

No Quadro 3, obviamente, temos "o adorno ao lado do trono" que, como o próprio nome indica, não é mais que um ser a mais, sem voz, sem feitos. Sempre descrita como mãe ou esposa de uma figura importante para história, embora sua própria história seja diminuída ou apagada. A exemplo, temos a visão sócio-escolar que há da Imperatriz Leopoldina<sup>10</sup> a

<sup>10</sup> Maria Leopoldina da Áustria, foi uma arquiduquesa da Áustria, a primeira esposa do Imperador Pedro I e Imperatriz Consorte do Brasil de 1822 até sua morte. Uma das responsáveis pelo processo de Independência do Brasil.

respeito do papel dela na Independência do Brasil e que se pode traduzir pelo texto de Cristiano de Melo Barreto, incluso no Quadro 2:

#### INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Dom Pedro I, estando como regente do Brasil e sabendo que as côrtes de Lisboa queriam impedir tropas em ameaça ao Brasil publicou a 1º de Agosto que tropas Portuguesas ou de outra qualquer nação sem avisar desembarcasse no Brasil seria sua inimiga.

A 14 de Agosto o príncipe D. Pedro partiu para S. Paulo, onde reinava várias discórdias, *deixando como regente a sua esposa, a princeza Real D. Maria Leopoldina Carolina Josefa.*

Estando o príncipe as margens do Ipiranga, *recebeu notícias de sua esposa e de José Bonifácio informando-o da atitude que tomara as côrtes de Lisboa contra ele.* Resolveu então na mesma hora proclamar a "Independência do Brasil", cortando assim laços que existiam entre Portugal e o Brasil.

(Cristiano de Melo Barreto. Jornal Correio do Colegial, n. 41, Abr. 1943, p.3)

Entretanto, é perceptível e cabível de alusão, que há apenas três artigos neste quadro: "Para a Semana da Pátria" e ambos os textos denominados "D. Pedro II", todos fazendo menções a rainhas e imperatrizes como esposas e mães.

#### D. Pedro II

D. Pedro II, *filho* de D. Pedro I e *da imperatriz D. Maria Leopoldina*, nasceu no Rio de Janeiro no palácio de São Cristóvão, a 2 de dezembro de 1825.

Subiu ao trono em 1840 chegando a governar até 15 de dezembro 1889. Acabou com lutas civis da nação, dominando com a maior clemencia, as revoluções do Rio grande do Sul, São Paulo e Pernambuco. A 30 de maio de 1843, casou-se com a *princesa D. Tereza Cristina, terceira imperatriz do Brasil cognominada "Mãe dos brasileiros"*.

D. Pedro II foi o mais ilustrado dos monarcas do seu tempo.

(João Ismerim Barreto. Jornal Correio do Colegial, n. 68. Nov. 1948, p.6)

É importante frisar, ainda, um ponto dentro dos estudos sobre os artigos de representatividade histórico-social femininos: a presença de artigos escritos por alunas no Jornal Correio do Colegial.

Dentre os 18 artigos escritos, apenas 4 deles levam a assinatura feminina. Sendo dois assinados por Chiquinha Rodrigues (que, embora sem informação sobre a série, sabe-se que estudou no Jackson de Figueiredo ao menos de 1939 a 1943, período em que escreveu os dois artigos supracitados), um assinado por Amenália Nunes (aluna da 4º série em 1958), e um escrito por Virginia Augusta R. Ribeiro (aluna do 4º ano B em 1948). Também, cabe observar, que destes apenas o texto "Mulheres de Pernambuco" de Chiquinha Rodrigues tem como foco principal a questão feminina; "Semana da Pátria" também da aluna, aborda superficialmente os nomes de Isabel de Castela e da Infanta Beatriz. Já Amenália Nunes apenas menciona em "Tiradentes" o papel de D. Maria I na absolvição dos demais envolvidos na Inconfidência Mineira e Virgínia Augusta R. Ribeiro cita em "Á Pátria" (do qual temos apenas acesso a uma parte), o papel da Imperatriz Leopoldina na Independência do Brasil.

Num aspecto em que a representatividade histórico-feminino já é pouca considerando o número de artigos e o tempo de publicação do *Correio do Colegial*, o fato de 14 dos dezoito artigos serem escritos por alunos, cabe inferir o porquê dessa ausência e considerar novamente se o tema dos artigos eram de escolha única dos discentes ou de influência maior dos docentes responsáveis pelo auxílio nos bastidores. Quem decidia quais os temas seriam publicados e por quem seriam escritos? Não há como, entretanto, afirmar tais pontos além de inferências, infelizmente. Não há comprovações sobre quem decidia o assunto a ser escrito, além da mediação observada por Manke e Reis (2023, no prelo).

A escrita da aluna Maria Rizete Bezerra nos leva a supor que os artigos que apresentam narrativas históricas eram escritos durante as aulas de história, ou, ao menos, a partir do que era apresentado em classe. Com um ensino centrado na figura da professora e uma abordagem historiográfica que nos remete à máxima de Cícero, “história mestra da vida”, a produção da estudante valorizava figuras históricas e datas consagradas. (MANKE; REIS, 2023, no prelo)

Por resumo, nas palavras de Pereira (2013) “compreender a mulher na história da humanidade significa principalmente entender os significados e os significantes advindos da constituição da identidade do gênero feminino”, mas dentro de um estudo focando na representatividade histórico-feminina, aceitar uma representação feminina unicamente branca não é, de fato, enxergar representatividade de modo satisfatório.

#### **4.1 Representatividade feminina e a questão negra**

A narrativa histórica escolar brasileira, foi por muito tempo (e, cabe observar, ainda é) excludente. É surpreendente a presença no *Correio do Colegial* de dezoito artigos que mencionam mulheres históricas, mas, mais surpreendente ainda, é a presença de Clara Camarão, por ser uma mulher indígena. A pouca representatividade histórico-feminina do jornal estudantil em análise, é, majoritariamente, branca. Como observado por Caimi (2016) essa construção está diretamente relacionada à constituição de uma identidade nacional branca voltada a uma reprodução de civilização como um conceito eurocêntrico. O abalo dessa visão, ainda seguindo a ideia de Caimi, se dá por pesquisas no campo do ensino de história a partir do fim dos anos 1980 e pelas demandas de professores e estudantes, que sentiam na pele a diferença entre cursos prescritos e a prática.

É na escola que o aluno conhece as diferentes formas de vida e passa a compreender que toda história tem mais de uma vertente a ser observada, mas é só em 2003 – 65 anos após

a fundação do jornal *Correio do Colegial* – com a Lei 10.639 que passa a ter, em todo caminho escolar, a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino básico, história essa, de uma parte enorme da população. Como observado por Araújo:

Desse modo, a Lei 10.639 provocou um importante abalo na concepção eurocêntrica e quadripartite que se fez tradição no ensino de história. Em contraponto a essa noção, ganha destaque o debate acerca do potencial de uma educação antirracista e intercultural, que eduque para a valorização da diferença. Aqui, entendo que a compreensão da escola como um espaço de intervenção política e cultural no mundo é absolutamente central para pensar a escola não apenas como vítima e/ou algoz de seu próprio tempo, mas como agente de transformação da superação, necessária e em curso, de uma modernidade excludente. (ARAÚJO, 2018, p. 78)

Essa ideia de que a escola e o ensino de história ajudam a consolidar projetos político-culturais e a produzir sentidos na sociedade é muito recente, começando a ser consolidada apenas 20 anos atrás, e a ausência da representatividade negra é gritante e, ao mesmo tempo, reveladora.

A filósofa renomada Angela Davis, em sua obra "Mulheres, Raça e Classe", explora justamente a interseccionalidade de dois distintos eixos de opressão – a marginalização de inúmeros grupos e indivíduos nas narrativas, tanto na historiografia quanto no ensino e a normalização dessas desigualdades, influenciada pela percepção e construção social das diferenças – ao mesmo tempo que ressalta as desigualdades que afetam mulheres pertencentes a diferentes estratos sociais e grupos étnicos, considerando raça como uma categoria social de diferenciação (SOUZA, 2020, p. 135).

Essa ideia de civilização eurocêntrica dentro dos escritos históricos como um todo – especialmente, histórico feminino – é, atualmente, criticada, mas na época dos escritos do Jornal *Correio do Colegial*, não havia tal preocupação visível socialmente dentro do grupo ao qual os escritores do jornal estudantil pertenciam. Como dito por Nascimento e Lacerda a respeito dos livros da disciplina História – e podendo adaptar para os jornais estudantis – “conseguimos perceber que a história não é apenas transmissão de acontecimentos subsequentes e neutros, mas é um conjunto de interpretações que refletem o lugar social dos seus autores”. (NASCIMENTO e LACERDA, 2021. p.10)

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas palavras de Malerba, “a história não mais se produz somente na academia, muito menos se veicula apenas por meio do livro impresso”. História é viva e escrita diariamente e ver, pelo olhar dos alunos, a história ser escrita, diretamente falando, abre pontos a serem mencionados. O jornal *Correio do Colegial* foi idealizado pelo Colégio Jackson Figueiredo e o Colégio Jackson de Figueiredo trata-se de uma instituição escolar, entendido isso passasse a seguinte conclusão: De forma simples e generalizada, uma instituição escolar, seja qual for, é um espaço essencial que tem como função principal socializar os alunos e plantar o conhecimento histórico construído pela humanidade.

O ambiente escolar é onde o discente tem, como observado por Pereira (2013), a propriedade de desenvolver a capacidade de compreender o mundo em que vive e as relações estabelecidas entre os homens. E a disciplina de história deve estimular um conhecimento mais profundo daquilo que é diferente, o que corresponde a articular acerca das disparidades entre sociedades e indivíduos, buscando não estabelecer um modelo cultural ou homogêneo na esfera mundial, mas sim uma sociedade permeada por diversas culturas, etnias e identidades de gênero, marcando, assim, a diversidade dos seres humanos.

Louro (2000), pesquisadora brasileira fundamental sobre questões de gênero e educação, afirma de forma semelhante ao dizer que “as identidades, construídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõe classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação.” (LOURO, 2000, p. 63). As identidades das pessoas presentes no corpo social são formadas ao longo do tempo, ou seja, historicamente. O próprio indivíduo as constrói, influenciado, também, pelo meio social no qual está envolvido. Portanto, fica claro que, de certa forma, a construção da identidade é um processo histórico (em NASCIMENTO e LACERDA, 2021. p.8)

A Lei 10.639 é um importante marco na compreensão do papel político quanto a luta por uma educação antirracista, pois permitiu o reconhecimento de histórias antes historicamente silenciadas, mas tanto a questão racial como a questão de gênero ainda tem um longo caminho pela frente. A análise mostrou-se eficiente para compreender a produção das narrativas históricas dentro do contexto escolar, possibilitando um vislumbre das concepções do ensino de História da época e da ausência da preocupação com a questão de gênero dentro da história. Enquanto um recurso didático, o *Correio do Colegial* possibilitou a escrita como

forma de integração entre a comunidade escolar, mas essa comunidade pouco se mostrou ligada à história nacional quando esta é feita por mulheres.

Então, em conclusão, ao investigar as narrativas estudantis publicadas no Correio do Colegial, podemos concluir que: 1. Sim, os artigos tinham a mediação de professores, relacionadas a um modelo de ensino tradicional, centrado na figura do professor. E estes, deduz-se, mantinham ao menos de forma mais geral, ligados ao currículo escolar, isto é, ao livro didático, do qual, não temos acesso para estudo. 2. Os escritos mostram uma sociedade marcada pelo nacionalismo e esse nacionalismo é, majoritariamente, masculino. 3. As narrativas estudantis, ainda que poucas, sobre mulheres da história brasileira, demonstram um reflexo da sociedade da época. Isto é, soando de forma bem crítica, uma mulher só entrava para história em dois casos: tendo um grande feito, impossível de ser atribuído a outro, como um grande ato de benevolência ou de coragem; ou sendo a mãe ou a esposa de um homem.

Em suma, essa análise abre uma questão que poderia ser abordada em outro estudo: estaria, se feito hoje, um jornal como foi o Correio do Colegial, mais focado na representatividade?

## REFERÊNCIAS

- BARATA ZICMAN, R. **História Através da Imprensa: Algumas Considerações Metodológicas**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S.l.], v. 4, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 13 out. 2023.
- BASSANEZI, Carla; DEL PRIORE, Mary (org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2004.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (Org.). **O saber histórico em sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- SANTOS, Gilfrancisco. **A imprensa estudantil e a formação de jornalistas em Sergipe**. Edição 967. 21 de novembro de 2017. Observatório da Imprensa. Disponível em: <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/memoria/imprensa-estudantil-e-formacao-de-jornalistas-em-sergipe/>. Acesso em: 13 out. 2023.
- FARIA, Eduardo; ANDRADE, José Gabriel – **Jornalismo transmídia e literacia mediática: participação dos jovens em contexto escolar no combate à desinformação**. Contextos, 2023.

FREINET, Celestin. **O Jornal Escolar**. Cooperativa de L'Enseignement Laic Cannes, 1967. Tradução de Filomena Quadros Branco. Editora Estampa, Ltda, 1974.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Apropriações da Pedagogia de Célestin Freinet na Produção de Jornais Escolares (Itália, Década de 1970)**. In: Impressos que Educam. vol.1. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2021.

MALERBA, Jurandir (org.). **História e narrativa: a ciência e a arte na escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016

MANKE, Lisiane Sias; REIS, Aaron Sena Cerqueira. **Narrativas históricas produzidas por estudantes secundaristas para o jornal estudantil Correio do Colegial (1949 – 1959)**. Noprelo, 2023.

MARTINELLI, Laís Pacifico; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A produção periódica estudantil oitocentista**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 59, n. 60, p. 1-29, e-25671, abr./jun. 2021

MEN, Liliana ; NEVES, Fátima Maria. **Na História da Educação: Investigando o Termo Historiografia**. In: VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil, 2006, CAMPINAS. Anais do VII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v. 1. p. 1-1.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do; LACERDA, Bruna Alves. **Livros didáticos de história: uma análise sobre as representações de mulheres**. Revista de estudo e pesquisa em educação Instrumento. ISSN 1984-5499. 2021

OLIVEIRA, João Paulo Gama; SANTOS, Vitoria Lídia da Silva; SANTOS, Suelen Maria Andrade. **Escritos sobre impressos estudantis em Sergipe: notas introdutórias (2002-2022)**. Boletim do Tempo Presente, vol. 11, n. 10, Out. 2022. p. 57-58.

PEREIRA, Alline Mikaela. **A Representação da Mulher no Livro Didático de História**: Monografia de Especialização. Medianeira, 2013.

PERROT, Michelle. **Escrever uma História das Mulheres**: relato de uma experiência. Cadernos pagu (4) 1995: pp. 9-28.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos Temas das Aulas de História**. 2ª ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2010.

ROIZ, Diogo da Silva. **A “Nova História Cultural”**: Questões e Debates. Pensamento Plural. Pelotas [02]: 181 – 186, janeiro/junho 2008

SOUZA, Clara Marques. **Entre Avanços e Desafios: A Representação de Mulheres Negras em dois Livros Didáticos de História do Ensino Fundamental**. REHR. Dourados, MS, v. 14, n. 27: p. 127-152 . Jan./Jun. 2020